

Caderno de Encargos

Concurso Público para “Aquisição de
equipamentos informáticos para o Instituto
Politécnico de Tomar”

CPI n.º 02/IPT/2023



CADERNO DE ENCARGOS

Parte I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Objeto

1. O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição de equipamento informático para o Instituto Politécnico de Tomar.

Artigo 2.º Forma e documentos contratuais

1. O contrato, não será reduzido a escrito.
2. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pela adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

Artigo 3.º Local de entrega de bens

A entrega dos bens deverá ser efetuada nas instalações do Campus do Instituto Politécnico de Tomar.

Artigo 4.º Prazo de fornecimento

1. O fornecimento objeto do presente procedimento será integralmente executado até 10 dias após o envio das notas de encomendas.

2. O fornecimento efetua-se mediante prévia emissão de requisição do primeiro outorgante, ficando o segundo outorgante obrigado à respetiva entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da receção da respetiva requisição.

Artigo 5.º **Dever de sigilo**

1. A adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Instituto Politécnico de Tomar, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela adjudicatária ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras autoridades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, a proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Parte II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Artigo 6.º

Preço contratual e parâmetros base contratuais

1. O preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de **233.412,00 €** (duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e doze euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, repartido pelos seguintes lotes:

Lote 1: 37.800,00 euros; **Lote 2:** 115.556,00 euros; **Lote 3:** 8.792,00 euros; **Lote 4:** 15.544,00 euros; **Lote 5:** 4.875,00 euros; **Lote 6:** 12.814,00 euros; **Lote 7:** 9.044,00 euros; **Lote 8:** 19.905,00 euros; **Lote 9:** 2.988,00 euros; **Lote 10:** 6.094,00 euros.

2. O preço base foi fixado tendo em conta valores de referência de mercado.

Artigo 7.º

Condições de pagamento

1. O pagamento das faturas é efetuado no prazo de 30 (trinta) dias de calendário, a contar da data da sua receção pela entidade adjudicante.
2. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve a entidade adjudicante comunicar à adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida ou nota de crédito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Parte III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Artigo 8.º

Penalidades

1. No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável à adjudicatária, que não resultem de motivos de força maior devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da entidade adjudicante, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:



$$P = V \times A/10$$

Sendo:

P – montante da penalidade

V – Valor anual do contrato

A – N.º de dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados

Artigo 9.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, catástrofes naturais, incêndios, embargos ou bloqueios internacionais, determinações governamentais ou administrativas injuntivas, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar caso fortuito ou de força maior deverá comunicar por escrito e justificar tais situações à outra parte, bem como informar qual o prazo previsível para restabelecimento de tal situação.

Parte IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Artigo 10.º

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.

PARTE V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 11.º

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas à adjudicatária são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pela adjudicatária.

2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da adjudicatária dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Instituto Politécnico de Tomar
À atenção de: Serviços de Aprovisionamento.
Estrada da Serra – Quinta do Contador – 2300-313 Tomar
Telefone: 249 328 215
Fax: 249 346 572
E-mail: aprovisionamento@ipt.pt

Artigo 12.º **Boa-fé**

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 13.º **Uso de sinais distintivos**

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Artigo 14.º **Direito aplicável**

Tudo o que não esteja especialmente previsto pelo presente caderno de encargos e seus anexos, reger-se-á pela legislação em vigor (Código dos Contratos Públicos – DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação).



**PARTE VI
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**Artigo 15º
Especificações Técnicas**

As especificações técnicas constam no Anexo 1 ao Caderno de Encargos. O prazo de garantia dos equipamentos não deverá ser inferior a 36 meses.